



Número: **0825387-13.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **13/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO WAGNER CARDOSO (AUTOR)		CIRA SAKER MONTEIRO ROSA (ADVOGADO) RAMON ALEXANDRINO COELHO DE AMORIM (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6333129	13/09/2019 12:54	Petição Inicial	Petição Inicial
6333199	13/09/2019 12:54	PROCURAÇÃO	Procuração
6333214	13/09/2019 12:54	DOCUMENTAÇÃO COMPLETA	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA __VARA CIVEL
DA COMARCA DE TERESINA- PI.**

FRANCISCO WAGNER CARDOSO, brasileiro, portador do RG nº 2648038 SSP/PI, CPF nº 017.458.643-42, residente e domiciliado no Vale do Quem Tem, na quadra A16, casa 041, bairro: Planalto Uruguai, cidade: Teresina-PI, CEP: 640574-000, por intermédio de seus advogados e procuradores *in fine* assinado, instrumento de mandato em anexo à presente (DOC. 01), com endereço profissional na Rua Dr. Arêa Leão, nº 380, Sala 02, Edifício Orphila Leão, Centro-Sul, Teresina-PI, e-mail csakermr@hotmail.com, onde recebe as intimações de estilo, vem, com a devida vênia, à honrosa presença de Vossa Excelência, com fundamento na Lei **n.º 6.194/74 e demais legislações pertinentes**, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º e 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE

DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

O autor e sua família encontram-se debilitados financeiramente, não podendo arcar com as custas iniciais de ingresso sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme documentos anexos.

O autor após o acidente não pode mais trabalhar. Sua família é de baixa renda.

Recentemente, entrou em vigor o NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, que seu art. 98 e ss., assim disciplinou:

*Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas **as despesas processuais e os honorários advocatícios sem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.***

Art. 99..0 pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Assim, para o deferimento da assistência judiciária, nos termos do artigo 4º da lei nº 1.060/50, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

Segundo a lei basta o simples requerimento na própria petição inicial e a qualquer momento do processo, para ver deferida a concessão do benefício. Senão vejamos:

"Art. 4o A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição



inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais."

Desta forma, o que se conclui é que as pessoas físicas possuem presunção de veracidade de suas alegações de insuficiência de recursos, devendo ser deferido os benefícios da justiça gratuita ao requerente.

DA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIENCIA

O NCPC estabelece como requisito da petição inicial que o autor manifeste sua vontade acerca da realização ou não de audiência conciliatória, revelando-se faculdade sua.

No caso em tela, tendo em conta a baixíssima resolutividade de demandas dessa natureza pela via conciliatória, seja pela ausência de interesse da requerida, seja pelo injusto valor ofertado, o requerente se manifesta pela não realização da referida audiência, sob pena de revestir-se de ato que irá apenas procrastinar a marcha processual.

Nesse sentido, vê-se dominante tal entendimento perante os Tribunais Pátrios.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA de conciliação NÃO OBRIGATORIEDADE. DESINTERESSE DE UMA DAS PARTES. NEGARAM PROVIMENTO. AO RECURSO. UNÂNIME.

(Agravado de Instrumento Nº 70076501121, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 22/03/2018).

(TJ-RS - AI: 70076501121 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 22/03/2018, Décima Sexta Câmara Cível, Data de **Publicação: Diário da Justiça do dia 04/04/2018**)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. NÃO OBRIGATORIEDADE. DESINTERESSE DE UMA DAS PARTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. No caso dos autos a designação de audiência de conciliação mostra-se inviável para a solução da controvérsia, tendo em vista que uma das partes manifestou não possuir interesse na realização da conciliação, sendo que neste caso, o possível acordo restaria infrutífera. 2. Ademais, ainda que a audiência possa ser realizada em qualquer fase processual, não há obrigatoriedade na realização de audiência de tentativa de conciliação. 3. Agravo interno conhecido e não provido. (TJ-AM - AGT: 00047027420188040000 AM 0004702-74.2018.8.04.0000, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, **Data de Julgamento: 24/09/2018, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 24/09/2018**).

1. SINOPSE FATICA

O peticionário foi acometido de acidente de trânsito em data de 02/12/2018, por volta das 22:30min quando conduzia uma moto HONDA/CG 125, PLACA NHV-7413, de sua propriedade, quando o pneu da moto derrapou e a vítima caiu, que foi para sua residência e no dia seguinte procurou atendimento médico na UPA-RENASCENÇA.

Após **internações, realizações de exames e consultas** foi constatado que o Autor **teve fraturas no tornozelo esquerdo e tala gessada** depois encaminhado para HUT, onde foi realizado procedimento cirúrgico. **Ocorre que depois do acidente autor não pode mais exercer suas funções de motoboy pois vem sofrendo dor, incomodo, inchaço a perna não conseguindo realizar** suas funções laborativas, fatos constatados através de exames, laudos anexado a esta peça preambular.



Vale ressaltar que do nefasto acidente resultou, para o requerente SEQUELAS DEFINITIVAS CONFORME LAUDOS MEDICOS.**O REQUERENTE ENCONTRA SE IMPOSSIBILITADO PARA TRABALHO EM DECORRENCIA DO ACIDENTE COM PERDA FUNCIONAL, ENFERMIDADE INCURÁVEL E PERMANENTE COM LIMITAÇÃO FUNCIONAL**, em razão do ora relatado, o que se traduz certamente em INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL por acidente, o que autoriza o recebimento integral do seguro DPVAT.

Considerando que o acidente, em comento, ao resultar debilidade permanente, como concluído pelo médico, lhe tornou **permanentemente inválido para o desempenho de sua profissão habitual, futura, ou qualquer outra, de forma digna e segura.**

Desta forma, o demandado deverá, de acordo com a lei vigente que assegura as vítimas de acidente de trânsito em caso de invalidez permanente, efetuar o pagamento no importe de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais).

O postulante pleiteou administrativamente o recebimento do prêmio na quantia prevista em lei, **conforme pedido nº 3190198162. A demandada efetuou o pagamento de uma quantia de irrisória de R\$ 1687,50 (HUM MIL SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), conforme carta anexado aos autos.**

A reclamada contrariou as normas vigentes da indenização de **SEGURO DPVAT, ao não pagar ao postulante** administrativamente, já que em caso de **debilidade permanente**, o valor estipulado pela Lei 6.194/74, é no importe de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** e para despesas médicas o valor de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).** Já que o **postulante anexou o laudo que comprova sua invalidez.**

Apesar da via administrativa não ser um percurso obrigatório para pleitear seus direitos, principalmente pelo fato de está debilitado, esta, de boa-fé, buscou realizar seu direito de maneira amigável, no entanto, o que teve em troca foi à postura intransigente das requeridas, que negaram, sem qualquer motivo justo, a verba indenizatória de acordo com os parâmetros legais. Desta forma, a demandada violou a lei vigente que assegura a vítima de acidente de trânsito em caso de invalidez permanente o importe de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais).

Ademais, sendo a responsabilidade da seguradora ré de modo objetivo, não há argumentos para a demandada se eximir do cumprimento de sua obrigação em adimplir o direito do suplicante em auferir a verba indenizatória devida, sendo que o mesmo recorre ao judiciário visando à cobrança do seguro por invalidez com base na fundamentação a seguir apresentada e que remonta ao valor de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais), conforme disciplinamento contido no art. 3º, II, da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/2007.

Ademais, sendo a responsabilidade da seguradora ré de modo objetivo, não há argumentos para a demandada se eximir do cumprimento de sua obrigação em adimplir o direito do suplicante em auferir a verba indenizatória devida, sendo que o mesmo recorre ao judiciário visando à cobrança do seguro por invalidez com base na fundamentação a seguir apresentada e que remonta ao valor de R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais), conforme disciplinamento contido no art. 3º, II, da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/2007.

Desta forma, a demandada devera indenizar o requerente no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e**



quinhentos reais), correspondente a invalidez permanente.

O Autor, para comprovar o seu direito, juntou a presente diversos documentos, entre os quais: boletim de ocorrência policial, prontuário da internação, diversos exames, etc

2. DO DIREITO

O acidente supra mencionado, acarretou ao Requerente invalidez permanente para trabalho, conforme doc em anexo.

A Lei 11.945/09, que alterou os artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74. trouxe novos parâmetros a serem observados no momento da aplicação do montante indenizatório.

O artigo 8º da lei 11.482/07 altera os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passando a vigorar com as seguintes alterações:

“art. 3º - os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreende as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada”.

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) – no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

No caso de **Invalidez Permanente, o pagamento da indenização de Seguro DPVAT,** conforme determina a lei 6.194/74 com as alterações **da lei 11.482/07, deverá ser de 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).**

Impende mencionar que a própria Lei 6194/74, em seu artigo 5º, § 1º determina que a indenização seja paga com base **no valor vigente na época da ocorrência do sinistro**, senão vejamos:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela MP 340/06).

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais.

Pelo texto legal acima, para prova do acidente basta a simples juntada do registro de ocorrência no órgão policial competente, via de regra o chamado boletim de ocorrência.

Ocorre Excelência os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

Não obstante a simplicidade atribuída pela lei, para entrega do prêmio, na prática o comando legal não se aplica, já que as seguradoras dificultam o recebimento da recompensa, tornando a espera desgastante, apesar de ser um direito líquido, certo e exigível.



O caso em comento deve ser analisado pela norma vigente na data em que ocorreu o acidente, ou seja, no dia 21 de fevereiro de 2016. Assim, aplicável será inciso II, do art. 3º, da Lei 6194/74, alterado pela Medida Provisória 340, de 29/12/2006, convertida na 11.482/2007.

O Seguro obrigatório, diferente dos outros contratos desta espécie, é regulado por legislação específica, visto que a indenização é tarifada e insuscetível de transação. Desta feita, as partes não podem determinar a respeito dos valores especificados em lei. O rigor do preceito legal, pela especificidade do seguro em comento, tem por finalidade assegurar a parte mais fraca da relação contratual, no caso, o beneficiário.

No mais em consonância com o comando legal, a autora pode ingressar em juízo visando o recebimento do que é de direito junto a qualquer seguradora integrante do convenio DPVAT, provando o nexo de causalidade e a luz do acidente relatado.

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), ***portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário***, não podem ser admitidas.

São deveres das Seguradoras Requeridas, cumprir em com o determinado pelo art. 333, II do CPC, ***que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.***

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008



Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA** - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE – COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - **GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE** - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “**o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**”.

Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo. Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro: “Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos



contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, **pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social.** 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. **Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória.** 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação"



pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente.

14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça. Outro julgado trata do tema, trazendo a certeza do direito do requerente em buscar no Poder Judiciário o valor devido pela Seguradora -requerida, conforme a seguir posto:

"Configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus a vítima atropelada ao seguro obrigatório -DPVAT, em face aos danos causados por veículos automotores. Inteligência do artigo 3º. Da lei N. 6.194/74, com as alterações introduzidas pela Lei n.8441/92 que não traz distinção quanto a espécie de invalidez". (Ap. n. 4413597/DF (97061), 5ª turma Cível do TJDF, Rel. Dácio Vieira. J. 23.06.1997, Idem)." (GRIFO NOSSO).

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

"Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência."

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora.

O art. 85 do novo CPC, assim verbis:

Art. 85 - A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor (...)

(...)

§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

(...)

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(...)

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for



muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 85, § 2º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 2º do art. 85, que assim prevê:

§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (...)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

§8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.” (g.n.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 85, § 8º, do novo CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. em 20- 3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atento contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.).

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

Caso vossa Excelência entenda necessário a realização de perícia segue os quesitos a serem analisados.

QUESITOS PARA REAVALIAÇÃO DE PERÍCIA

- 1) HOUVE OFENSA A INTEGRIDADE FÍSICA OU A SAÚDE DO PACIENTE?
- 2) QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE A PRODUZIU?
- 3) TAIS LESÕES PODERÃO TER SIDO PROVOCADAS POR ACIDENTE DE TRÁFICO?
- 4) RESULTARÁ INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE TRINTA DIAS, OU PERIGO DE VIDA, OU DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO, SENTIDO OU FUNÇÃO?
- 5) RESULTARÁ INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO OU ENFERMIDADE INCURÁVEL, OU PERDA OU INUTILIDADE DE MEMBRO SENTIDO OU FUNÇÃO OU DEFORMIDADE PERMANENTE?
- 6) HÁ OUTROS DADOS JULGADOS ÚTEIS A FORNECER?

DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:



b) a citação da empresa demandada no endereço inicialmente indicado para comparecer as audiências designadas e, querendo, contestar a ação, sob pena de revelia e confissão quando à matéria de fato;

c) **A concessão da justiça gratuita**, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

d) Seja **DISPENSADA a realização de audiência de conciliação** conforme argumentos expostos;

e) Que seja julgada PROCEDENTE a presente para o fim de impor a condenação da requerida ao pagamento do Seguro DPVAT no importe de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, devidamente corrigido, com acréscimos de juros e correção monetária, contados da data do evento danoso, em face da INVALIDEZ PERMANENTE.

f) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

f.1) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, **for decretada a revelia da Seguradora Requerida**, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, **condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo**, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

g) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, g.1) Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00

9.2) Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 8º do art. 85 do novo CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Atribui à causa o valor de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Termos em que roga e espera deferimento, por ser medida da mais LIDIMA JUSTIÇA
Teresina (PI), 11 de setembro de 2019.

Cira Saker Monteiro Rosa
OAB/PI 7126



Ramon Alexandrino Coelho de Amorim

OAB/PI 12203





ALEXANDRINO & SAKER
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA E EXTRA"

OUTORGANTE(S): FRANCISCO WAGNER CARDOSO, brasileiro, solteiro, motoboy, RG nº 2648038 SSP/PI, CPF nº 017.458.643-42, residente e domiciliado à Rua Altinópolis, nº 6693, Bairro: Uruguai, Cep.: 64.000-000, Teresina-PI.

OUTORGADO(S): CIRA SAKER MONTEIRO ROSA, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PI nº 7126, CPF nº 809.669.933-49, **RAMON ALEXANDRINO COELHO DE AMORIM**, brasileiro, advogado, OAB/PI nº 12203, CPF nº 033.292.213-80 e **ALEXANDRINO & SAKER SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, pessoa jurídica de direito privado com CNPJ nº 32.574.852/0001-89, todos com escritório profissional no endereço infra timbrado.

PODERES: Confere(em) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicium e extra*", a fim de que, possa, *in solidum* ou separadamente realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive requerer falência e concordata, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações, defender-me(nos) nas que (me) (nos) forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso. O presente mandato poderá ser revogado a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicado o fato ao(s) mandatário(s), por carta simples e com aviso de recebimento. Em caso de renúncia dos poderes expressos nesta procuração e, para este exclusivo fim, fica eleita desde já a advogada CIRA SAKER MONTEIRO ROSA, que assinando isoladamente, representará a todos que figurem neste instrumento procuratório ou que venham a ter poderes conferidos pela mesma, por substabelecimento com reservas iguais, podendo o dito advogado praticar todos os atos necessários à(s) renúncia(s) para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por firme e valioso.

Teresina (PI), 11 de Setembro de 2019.

Outorgante(s):

CIRA SAKER
OAB/PI 7126

86 99991.3015☎

RAMON ALEXANDRINO
OAB/PI 12203

86 99840.3037☎

RUA DR. ARÊA LEÃO, 380 - SALA 02 CENTRO/SUL, CEP: 64001-310 TERESINA - PIAUÍ - BRASIL - FONE: 86 3223.7391

RUA NOSSA S^a DO PERPÉTUO SOCORRO, 358 - CENTRO, CEP: 64460-000 ÁGUA BRANCA - PIAUÍ - BRASIL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1085462456

PROIBIDO PLASTIFICAR
1085462456

NOME
FRANCISCO WAGNER CARDOSO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF
2648038 SSP PI

CPF
017.458.643-42

DATA NASCIMENTO
31/07/1986

FILIAÇÃO
FRANCISCO CARDOSO DA
SILVA
MARIA DO SOCORRO
ARAÚJO CARDOSO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
A

Nº REGISTRO
04643181990

VALIDADE
29/07/2019

1ª HABILITAÇÃO
14/05/2009

OBSERVAÇÕES

Francisco Wagner Cardoso
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TERESINA

DATA DE EMISSÃO
17/03/2015

00198152985
PI315389026

ARÃO MARTINS DO REGO LOBÃO
ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN - PI (PIAUÍ)





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190198162

Vítima: FRANCISCO WAGNER CARDOSO

Data do Acidente: 02/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), FRANCISCO WAGNER CARDOSO

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: FRANCISCO WAGNER CARDOSO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000002004

Conta: 0000072831-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00351/00352 - carta_15R - INVALIDEZ



ÁGUAS DE TERESINA

CNPJ 27157474000106 - IE 195965574
Av. Odilon Araújo, 1035, Píçarra - CEP 64017-280, Teresina - PI
Telefone: 0800 223 2000 ou 115 / (86) 98124-3199

MATRICULA 13261584-3 FATURA Nº 150744662
MÊS/ANO 3/2019

NOME/ENDEREÇO
MORADOR ANTONIO ATAIDES VIEIRA DA SILVA
CON PLANALTO URUGUAI, Q-A16-CASA-041-VALE QUEM
TEM-TERESINA-PI-cep:64057400

LOCALIZAÇÃO 004-00030-002005 GRUPO 004 NÚMERO DO HIDRÔMETRO

HISTÓRICO DE CONSUMO	LIDO	FATURADO	ECONOMIAS - CATEGORIAS / TIPO TARIFA
MÊS / ANO			1 Residencial - Normal
02/2019 Lido	00	12	
01/2019 Lido	00	12	
12/2018 Lido	00	12	
11/2018 Lido	00	12	
10/2018 Lido	00	12	
09/2018 Lido	00	12	

DATA LEITURA CONSUMO MÊS M3 12
ANTERIOR 06/02/2019 0
ATUAL 08/03/2019 0
CÓDIGO 150744/2012
PIS-PASEP 39,05x1,65% = R. 6,4
COFINS 39,05x7,68% = R. 2,98

TABELA DE TARIFAS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA FATURA	REF.	VALOR
RESIDENCIAL FAIXA DE CONSUMO M3 E (%)	VALOR REFERENTE ÁGUA - 39,05		
0 12 3,2541 65	> Residencial-Normal	12,0 m3	39,05
12 25 5,3882 65			
25 999999 9,1500 65			

NÃO RESIDENCIAL
FAIXA DE CONSUMO M3 E (%)
VENCIMENTO 20/03/2019 TOTAL A PAGAR 39,05

IRREGULARIDADES / ANORMALIDADES

MESSAGEM
NOSSOS ARQUIVOS ACUSA(M) 4 DEBITO(S). ATENCAO - SUJEITO A CORTE.
PROCURE A LOJA DE ATENDIMENTO.

NOTIFICAÇÃO
Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura constituirá o supracitado dos serviços
conforme Lei Federal nº 11.445/2007, Art. 40, inciso II e 41, III, inciso II.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DISCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
CLORO LIVRE	2851	2845	6	1,47	0,2-5,0 mg/L
COR APARENTE	2852	2531	321	9,52	Inferior a 15
PH	2778	2704	74	6,57	6,00-9,50
TURBIDIZ	2854	2664	190	2,98	Inferior a 5

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DISCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
COLIFORMES TOTAIS	902	901	1	Ausencia	Ausente
ESCHERICHIA COLI	902	902	0	Ausencia	Ausente

DATA DA EMISSÃO: 08/03/2019 HORA DA EMISSÃO: 10:57

TC 1.38 20190308105759

ÁGUAS DE TERESINA

MATRICULA 13261584-3 FATURA Nº 150744662
MÊS/ANO 3/2019
VENCIMENTO 20/03/2019 VALOR A PAGAR 39,05

8267000000-1 39051535000-2 00201915074-3 46620100104-0



VISO DE DEBITO ***





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.000865/2019-52

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Francileude Lima Cordeiro

Data/Hora: 07/03/2019 - 15:18

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA ALVINA FERNANDES, Nº:

Complemento

Data/Hora

02/12/2018 - 22:30

Bairro

PLANALTO URUGUAI

Ponto de Referência

PRAÇA

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCISCO WAGNER CARDOSO (32 ANOS)

RG: 2648038 SSP-PI

Mãe: MARIA DO SOCORRO ARAUJO CARDOSO

Endereço: RUA ALTINÓPOLIS, Nº 6693

Bairro: PLANALTO URUGUAI

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

A VÍTIMA RELATA QUE TRAFEGAVA PELO ENDEREÇO SUPRACITADO CONDUZINDO UMA MOTO HONDA/CG 125 FAN, COR PRETA, PLACA NHV-7413-PI, DE SUA PROPRIEDADE, QUANDO O PNEU DA MOTO DERRAPOU E A VÍTIMA CAIU, TENDO IDO EM SEGUIDA PARA SUA RESIDÊNCIA; QUE, A VÍTIMA PROCUROU ATENDIMENTO NO DIA SEGUINTE NA UPA-RENASÇENÇA (PRONTUÁRIO 132188); QUE, O REFERIDO ACIDENTE TEM COMO TESTEMUNHA JEFERSON VANDO CARDOSO DA SILVA, RG: 2841770 SSP-PI. INFORMAÇÕES PRESTADAS DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO NOTICIANTE.

Francileude Lima
Francileude Lima Cordeiro - Mat. 1945629
AGENTE DE POLÍCIA

Francisco Wagner Cardoso
FRANCISCO WAGNER CARDOSO (32 ANOS) - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



**UNID. DE PRONTO ATENDIMENTO - RENASCENÇA**

Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074

TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Imp: 03/12/2018 09:48:35

(User: EDMAR JUNIOR)

(Estação: SALADEGESSO-PC)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: FRANCISCO WAGNER CARDOSO		Prontuário: 132188
Mãe: MARIA DO SOCORRO ARAUJO CARDOSO		Pai: FRANCISCO CARDOSO DA SILVA
End.Resid.: RUA ALTINOPOLIS 6693 - PLANALTO URUGUAI - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento: 31/07/1986	Idade: 32a4m3d	Sexo: Masculino Fone: 86-99527-0634
Responsável: O MESMO		CNS: 700009903920304
Profissão:		Documento: CPF: 017.458.643-42
G. Instrução: Não informado		E.Civil: Ignorado
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 308271	Entrada: 03/12/2018 09:12:10	Convênio: S U S	Proced: 0301060096
Motivo da Procura (Forme Paciente/Acomp): OUTRAS QUEIXAS			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	Classificação: Dor leve recente	Cor: Verde
Breve História Clas. Risco: Pcte relata acidente de moto ontem, com trauma em pé E. Nega alergia medicamentosa.		MAYARA FELICIANO DA SILVA E SOUSA COREN 277442 Em: 03/12/2018 09:16:20

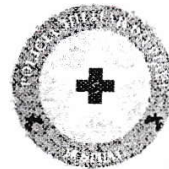
SSVV: (Hora: ____:____)					
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: bmp	Pressão: mmHg	
Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta: TRAUMA DOR TORNOZELO E RX TORNOZELO E 2P FRAT TORNOZELO E CD. TALA GESSADA BOTA VC AO HUT Dr. Edmar S. L. Junior Ortopedia / Traumatologia CRM-PI 2313 / CRM-MA 3294 EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR CRM - 2313 Em: 03/12/2018 09:48:35					
Diagnóstico Inicial: Fratura do maléolo lateral					CID: S826
Exames Complementares:					
Prescrição Médica: DIPIRONA 2,0 CC AD EV DEXAMETASONA 1 AMP AD EV					
Motivo da Alta/Encerramento: Encaminhado para Exames DATA: / / HORA: :					

Assinatura Paciente ou Responsável





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



DPVAT
CORRETORA
DE SEGUROS
14 MAR 2019

Confere com o(a) original que
foi apresentado(a) e dou fé.
Em, 05/02/19

Setor do Arquivo Técnico do HPMPI

Luís Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: Francisco Wagner Cardoso

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 432599/18

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPI
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI
CEP 64.014-220
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

Saúde
Secretaria de Estado





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE
AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Nº. de Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

355596

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2 - CNES 2323451	Atendimento 839024
3 - Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	4 - CNES 2323451	

Identificação do Paciente

5 - Nome: FRANCISCO WAGNER CARDOSO	6 - Prontuário: 432599		
7 - CNS: 70009903920304	8 - Nascimento: 31/07/1986	9 - Sexo: M	CPF: 017.458.643-42
11 - Mãe: MARIA DO SOCORRO ARAUJO CARDOSO	12 - Fone: 86-9.81937337 / 995270634	13 - Resp: FRANCISCO CARDOSO DA SILVA	14 - Cor: PARDA
15 - Ender.: ALTINOPOLIS	6693 PLANALTO	19 - CEP: 64050-240	
16 - Munic: TERESINA	17 - Cod. IBGE: 221100	18 - UF: PI	RG: 26480-38

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
Trauma no tornozelo eq

21 - Condições que justificam a Internação:
Fract. em

Flávio Macedo Reis 1º TEN PM
RGPM 105198193-2 / Mat. 14495-9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)
Acromioclavicular + Rx + Ec joelho

23 - Diagnóstico Inicial: **FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DA TIBIA**

24 - Cid Princ.: **S823** 25 - Cid Sec.: _____ 26 - Cid C.Ass.: _____

Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced. 0408050497	27 - Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR / DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO	Tempo SUS 3		
29 - Clínica: POSTO II	30 - Carater.: 02	Ident.: 1	31 - Documento: CPF 16778699841	32 Doc. Med. Solic. 16778699841
33 - Nome Profissional / Assistente: LEANDRO PONCE LEAL	34 - Data de Solicitação: 03/12/2018	<i>Flávio Macedo Reis 1º TEN PM</i> RGPM 105198193-2 / Mat. 14495-9 Chefe do Setor do Arquivo Técnico		

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito.	39 - CNPJ Seguradora:	42 - Nº. Bilhete.	41 - Série
37 - () Acidente de Trabalho Típico.	42 - CNPJ Empresa:	43 - CNAE. Empresa	44 - CBOR.
38 - () Acidente de Trabalho Trajetado.			

45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado.

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Data Autorização: 10/2/18	<i>Luiz Edson dos Santos</i> Assessor de Auditoria RGPM 105198193-2 / Mat. 14495-9 Chefe do Setor do Arquivo Técnico
48 - Documento	49 - Num. Documento	

51 - Assinatura Paciente ou Responsável: <i>Francisco Wagner Cardoso</i>	Usuário: JACQUELINE.ALMEDA Consulta Local: Consulta SUS: Impressão: 18:26:36
-----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------





Polícia Militar do Piauí
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO

INTERNOU-SE NO HOSPITAL		FICHA DE PRONTUÁRIO		03/12/2018
SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Nome: FRANCISCO WAGNER CARDOSO		Pront.: 432599
IDEM OUTROS HOSPITAIS		Nasc.: 31/07/1986 Sexo: M	Convênio: SUS - INTERNACAO	
SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Atendimento: 839024	Enfermaria: POSTO II	ENF 212 LEITO Leito: 212
CLÍNICA		Pai: FRANCISCO CARDOSO DA SILVA		
		Mãe: MARIA DO SOCORRO ARAUJO CARDOSO		
Médico Assistente		RG: 2648038		
		Residência:		
Permanência		ALTINOPOLIS		
		Nr.: 6693		
CLÍNICA		Cep: 64050240		
		Bairro: PLANALTO		
		Cidade: TERESINA		
		Telefone: 86 - 981937337		

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

Exame no pronto socorro

Dr. Henrique Viscenzi Reis 1º TEN PM
RGP 105198193-2/ Mat 14495-9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

DIAGNÓSTICO		
Provisório: <i>fract. fechado</i>	CID S823	
Principal:	CID	
Procedimento: <i>Ortopedia</i>		
Sintomas e Sinais Principais <i>Dor</i>	Causa Médica	Histo - Patológico:

TRATAMENTO			
Tipo:	Terapêutica Médica	Operação	Eficácia
<input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirurgico	<i>Enfermagem</i>	<i>Ortopedia</i> Flávio Marcelino de S. Coutinho Ortopedista CRM 15102	<input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirurgico

DURAÇÃO		
Data/Hora de Internação 03/12/2018 18:20:50	Data da Alta: / /	Data da Hospitalização / /

ALTA		
Saída	Transferência	Óbito
<input type="checkbox"/> Curado <input type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> Inalterado <input type="checkbox"/> A Pedido <input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico	<input type="checkbox"/> Divisão Médica <input type="checkbox"/> Por Indisciplina <input type="checkbox"/> Evasão <input type="checkbox"/> P. Ambulatório	<input type="checkbox"/> Fisiologia <input type="checkbox"/> Psiquiatria <input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação		

THE / /

Assinatura:

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Higino Cunha, 1642 - Fone: (86) 3216-1256 - Fax: (86) 3216-1520
CEP.: 64014-090 - Teresina - PI. CNPJ.: 07.444.159/0002-25 - CMC. 035.372-8



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 155596 AIH: 2218101885307
--------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENÇA	CNPJ 7823169
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	CNPJ 2323451

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS 700009903920304	NOME DO PACIENTE FRANCISCO WAGNER CARDOSO	NASCIMENTO 31/07/1986	SEXO M	PRONTUÁRIO 432599
DOCUMENTO 86995270634	CPF 86995270634	TELEFONE 86995270634	NOME DA MÃE MARIA DO SOCORRO ARAUJO CARDOSO	RESPONSÁVEL FRANCISCO CARDOSO DA SILVA
CID	ENDEREÇO - LOGRADOURO	NÚMERO / LOTE 48		
BAIRRO VALÉ QUEM TEM	COMPLEMENTO PLANALTO URUGUAI	MUNICÍPIO THERESINA	UF PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS
TRAUMA DOR TORNOZELO ESQUERDO RX TORNOZELO ESQUERDO FRATURA TORNOZELO ESQUERDO CID TALA GESSADA BOTANICAMINHO PARA HU

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO
TRANSFERÊNCIA

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)
EXAME FISCORX

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Assinatura
Luis Henrique V. S. Reis 1º TEN PM
RORM 106198193-2/ Mat 14495-9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S826 - FRATURA DO MALHELO LATERAL	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	---------------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 0408050497 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA BIMALHEOLAR TRIMALHEOLAR DA FRATURA LUXACAO DO JOELHO		PJ CORRETORA DE SEGUROS 14 MAR 2019 DPVAT
LEITO/CLÍNICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA (MASCULINO)	PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO Nº DO CONSELHO) FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO CPF: 84127562315 CRM:	
CARÁTER URGENCIA	DATA SOLICITAÇÃO 03/12/2018	
DATA ADMISSÃO 03/12/2018 18:25	DATA AITA 06/12/2018 15:18	MOTIVO AITA MELHORADO

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

Tipo acidente	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE SEDE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CHOR NATURAL DA LESÃO
----------------------	------------------------	---------------------------	------------------------	---------------------	------------------------------

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO Nº DO CONSELHO) HENRIQUE ALMEIDA FILHO CPF: 09500931334 CRM:	DATA ANALISE: 03/12/2018 16:38:59	NOME DO PROFISSIONAL / PARCEIRO CONTROLADOR AVALIAÇÃO / AUDITORIA CPF CRM DATA ANALISE
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:





Prefeitura Municipal de Teresina
Secretaria Municipal de Saúde

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
COMPROVANTE DE REGULAÇÃO

AUTORIZAÇÃO: 440431808	Nº REGULAÇÃO: 51387	TIPO: TRANSFERÊNCIA INTERHOSPITALAR
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: 7823169 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENÇA - (86) 3234-7074		
ESTABELECIMENTO REFERENCIADO: 2323451 - HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM		
LEITO: ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
PACIENTE: FRANCISCO WAGNER CARDOSO		NASCIMENTO: 31/07/1986

DADOS CLÍNICOS

HISTÓRIA CLÍNICA: TRAUMA DOR TORNOZELO ESQUERDO RX TORNOZELO ESQUERDO FRATURA TORNOZELO ESQUERDOCD TALA GESSADA BOTAENCAMINHO PARA HUT			
PROVAS DIAGNÓSTICAS: EXAME.FISICORX			
EXAMES SOLICITADOS:			
DIAGNÓSTICO(CID): FRATURA DO MALEOLO LATERAL			
COMORBIDADE:			
PRESSÃO ARTERIAL:	FREQ. CARDÍACA:	SATURAÇÃO:	FREQ. RESPIRATÓRIA:
GLICEMIA:	NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:	USO DE O2:	
USO DROGAS VASOATIVAS:			
USO ANTIBIÓTICOS:			
USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:			

DATA: 03/12/2018 10:06:30	PJ CORRETORA DE SEGUROS
Dr. Edmar S. L. Junior Ortopedia / Traumatologia CRM 172313 / CRM-MA 3296	14 MAR 2019
MÉDICO RESPONSÁVEL PELO EXAMINAMENTO / CARIMBO	DPVAT

Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM
RGPM 05198193-2 / Mat 14495-9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 05/11/13
Nº DO PRONTUÁRIO: 432599 SALA: 07
CÓD DA CIRURGIA: 0408050497

Descrição da Cirurgia:

Ranqueamento, DDA, feio de aneurismal.
anexo, anti-sepsia, coarção, nervo
lateral, HTA e 1º pleco e perfuração.
nervo e cartilagem retirada de feio

Flávio Marcelino S. Coutinho
Ortopedista e Traumatologista
CRM-PI 3102

Dr. Flávio
Flávio Marcelino S. Coutinho
RGPM 105198193-2/ Mat. 14495-9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

Cirurgia: Fratura femoral

Cirurgião: Dr. Flávio

1º Auxiliar: Ad. Augusto


2º Auxiliar: —

3º Auxiliar: —


Instrumentador: J. J. J.

Circulante: Marcia Rejane
Téc. em Enfermagem
COREN 850657-TE





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE ANESTESIA

DATA: 05/12/18
 Nº DO PRONTUÁRIO: 932599 SALA: 07
 CÓD DA CIRURGIA: 0402050492

NOME: Francisco Wayne Carvalho Sexo: M ASA: 1
 PROCEDIMENTO: Enat. temporária Apt/Enf e Letto:
 CIRURGIÃO: Flavio AUX: Augusto ANEST.: Nelson ANESTESIA: 212-07
 INSTR.: RAU CIRC.: Manoel INÍCIO: 16:00 FIM: 17:00 SALA: 07
 P.A.: 160 F.C.: 105 PESO: 70 Ht: 1,70 Glicemia: Creatina: Respir:

AGENTE INALATÓRIO

OXIGENIO	
1	
2	

SEQUÊNCIA

REPOSIÇÃO VOLEMICA

500ml

MONITORIZAÇÃO

SaO ₂ (%)	E.C.G.	EtCO ₂ (mmHg)	#
94%	98%		1
			2
			3
			4
			5
			6
			7
			8
			9
			10
			11
			12
			13
			14
			15
			16
			17
			18
			19
			20
			21
			22
			23
			24
			25
			26
			27
			28
			29
			30
			31
			32
			33
			34
			35
			36
			37
			38
			39
			40
			41
			42
			43
			44
			45
			46
			47
			48
			49
			50
			51
			52
			53
			54
			55
			56
			57
			58
			59
			60
			61
			62
			63
			64
			65
			66
			67
			68
			69
			70
			71
			72
			73
			74
			75
			76
			77
			78
			79
			80
			81
			82
			83
			84
			85
			86
			87
			88
			89
			90
			91
			92
			93
			94
			95
			96
			97
			98
			99
			100

DIURESE (ml)

X

Técnica Anestésica: Raquianestesia: PLM 6/4

Comentários Adicionais: univer, 1ch lim pul, agulha 25G

MONITORIZAÇÃO

☐ ECG ☐ Oxímetro ☐ Arterial

☐ PAM ☐ Capnógrafo ☐

☐ PANI ☐ PVC ☐

DURAÇÃO

Gases	Imin	Início	Fim	Tempo
Oxigênio (%)				
N ₂ O (%)				
Ar Medic. (%)				

Medicamentos Utilizados

Adrenalina _____ Amp	Dolantina _____ Amp	Midazolam _____ Fr	Propofol _____ ml _____ Amp
Água dest. 10ml _____ Amp	Droperidol _____ Amp	Metronidazol _____ Fr	Ranitidina _____ Amp
Atropina _____ Amp	Efortil _____ Amp	Neocaina Psa 0,5% _____ Amp	Quelicin _____ Amp
Bextra _____ Amp	Efredim _____ Amp	N	

Dr. Nilson Ribeiro Soares
Médico Anestesiologista
CRM - PI 1699 / CRM - MA 3749





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 129758
PACIENTE: FRANCISCO WAGNER CARDOSO
NOME DA MÃE: MARIA DO SOCORRO ARAUJO CARDOSO
DATA DO NASCIMENTO: 31/07/1986
MÉDICO SOLICITANTE: CRM
DATA DA REALIZAÇÃO: 03/12/2018
DATA DO LAUDO: 12/12/2018
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DO TORNOZELO ESQUERDO EM DUAS INCIDÊNCIAS

Achados:

Fratura oblíqua localizada na região metadiáfisária distal da fibula, associada a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fratura oblíqua localizada na região metadiáfisária distal da fibula, associada a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

Dr. Henrique Vasconcelos Reis
Dr. Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM
RGPM 105198193-2 / Mat. 14495-9
Chefe do Setor do Arquivo Técnico



Dr. Liege de Sampaio
Dr. Liege de Sampaio
Médica
CRM-PI 4173

LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO
CRM: 4173

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI
CEP 64014-220 – CNPJ 07.444.159/0002-25

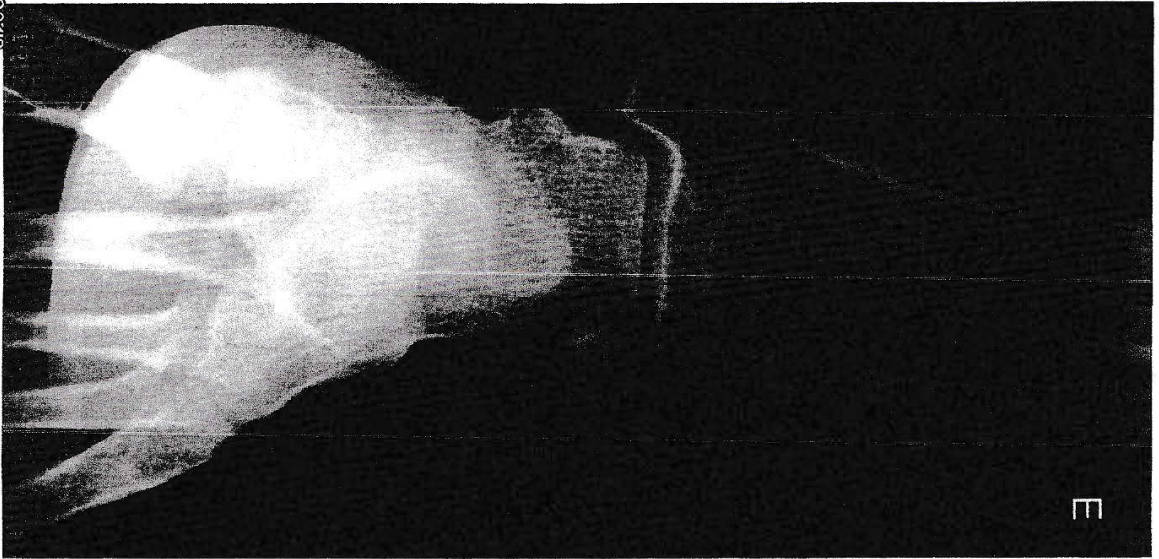
Telefone: (86) 3227-6265
Fax (86) 3216-1520



ID: 129753
Paciente: FRANCISCO WAGNER CARDOSO
Idade: 082Y
Sexo: M

HPM

Horas: 0849



Assinado eletronicamente por: RAMON ALEXANDRINO COELHO DE AMORIM - 13/09/2019 12:52:14
RGPM 105198193-2/Mai 14495-9
Ficheiro no Setor do Arquivo Técnico

